



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		16.489	2.825
Caixa restrito	4.3	15.569	15.569
Contas a Receber de Clientes	5	8.238	54.784
Estoques		168	70
Créditos Fiscais a Recuperar	6	3.450	3.065
Valores a Receber	7	17.846	12.274
Outros Ativos		3.101	2.734
		64.861	91.321
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	7	46.559	46.891
Depósitos Judiciais	8	174.463	165.012
Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Bens em Processo de Cessão	10	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	11	351.071	338.208
Outros Ativos		2.733	627
		872.967	848.879
Propriedade para Investimento	12	24.053	24.053
Imobilizado	13	913.325	924.836
Intangível		23	93
		1.810.368	1.797.861
Total do Ativo		1.875.229	1.889.182



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Passivo Circulante			
Fornecedores		5.782	6.310
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	14	24.817	18.005
Obrigações Tributárias	15	112.630	134.994
Obrigações Contratuais	16	236.326	214.027
Benefícios Pós Emprego	17	213.125	204.822
Receitas Diferidas		7.023	7.023
		599.703	585.181
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	15	926.636	934.675
Obrigações Contratuais	16	27.452	34.850
Benefícios Pós Emprego	17	383.492	383.492
Provisão Para Contingências	18	772.438	698.819
Receitas Diferidas		14.050	16.391
Adiant. Futuro Aumento de Capital	19	209.489	207.384
		2.333.557	2.275.611
Patrimônio Líquido			
Capital Social	20	2.455.537	2.455.537
Prejuízos Acumulados		(3.513.568)	(3.427.147)
		(1.058.031)	(971.610)
Total do Passivo		1.875.229	1.889.182



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	21	134.965	127.484
Custos da Operação	22	(32.882)	(21.479)
Lucro Bruto		102.083	106.005
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	23	(49.629)	(46.500)
Depreciação		(4.579)	(1.062)
Provisões Contábeis Líquidas	24	(100.513)	(16.849)
Outras Receitas Operacionais	25	2.562	3.181
Outras Despesas Operacionais		(0)	(1)
		(152.159)	(61.231)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(50.076)	44.774
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	26	(36.345)	(49.019)
Resultado do Exercício		(86.421)	(4.244)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,07)	(0,01)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
Resultado Líquido do Exercício		(86.421)	(4.244)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Período		(86.421)	(4.244)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.455.537	-	(3.427.147)	(971.610)
Resultado do Exercício	-	-	(86.421)	(86.421)
Saldos em 31 de março de 2020	2.455.537	-	(3.513.568)	(1.058.031)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/03/2019

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.455.537	-	(3.461.450)	(1.005.913)
Resultado do Exercício	-	-	(4.224)	(4.224)
Saldos em 31 de março de 2019	2.455.537	-	(3.465.674)	(1.010.137)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/2020	31/03/2019
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	(86.421)	(4.244)
(+) Depreciação e Amortização	11.811	2.792
(+) Baixas do Imobilizado	-	11.434
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	2.105	2.961
(+) Provisão para Contingências	73.619	(427)
(+) Benefícios Pós Emprego	8.302	26.395
(-) Receitas Diferidas	(2.340)	(2.340)
Resultado Ajustado	7.075	36.571
Variações no Ativo		
Contas a Receber	46.547	(5.790)
Estoques	(98)	(26)
Créditos Fiscais a Recuperar	(385)	(560)
Outros Valores a Receber	(5.240)	(977)
Depósitos Judiciais	(22.314)	(19.356)
Outros Ativos	(2.473)	(793)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(528)	(271)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	6.813	(1.189)
Obrigações Tributárias	(30.403)	(19.958)
Obrigações Contratuais	14.901	8.804
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	13.894	(3.544)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(230)	(57)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(230)	(57)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	13.664	(3.601)
Caixa e Equivalentes no Início do Período	18.394	52.145
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	32.058	48.544



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas	127.610	115.496
Tarifas Portuárias	20.484	22.613
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	116.996	107.980
Provisão para Perdas Estimadas	(10.558)	(29.129)
Reversão de Provisões	687	14.031
Insumos Adquiridos de Terceiros	(93.125)	(10.932)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(7.815)	(4.847)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(82.715)	(4.318)
Outros custos	(2.594)	(1.767)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	34.485	104.564
Depreciação e Amortização	(11.811)	(2.792)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	22.674	101.771
Valor adicionado recebido em transferência	4.569	47.702
Receitas financeiras	4.522	47.631
Outras	47	71
Valor adicionado a distribuir	27.243	149.474
Distribuição do valor adicionado	27.243	149.474
Pessoal	71.970	55.122
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	30.114	26.621
Benefícios	10.934	11.008
Benefícios Pós-emprego	5.870	4.668
FGTS	3.657	1.679
INSS	8.436	7.442
Encargos	830	732
Provisões	11.717	2.502
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	411	471
Tributos	827	1.946
Federais	202	341
Estaduais	42	-
Municipais	582	1.605
Remuneração de capitais de terceiros	40.867	96.650
Despesas financeiras	40.867	96.650
Resultado do Exercício	(86.421)	(4.244)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de março de 2020, em prejuízo no montante de R\$ 86.421 mil (lucro de R\$ 947.892 mil em 31 de dezembro de 2019), em especial pelo impacto das provisões para contingências.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

O Conselho de Administração, em sua 741ª reunião, de 8 de junho de 2020, deliberou pela “Aprovação do Plano de Redução de Despesas, com a ressalva de que o plano apresentado pela DIREXE não demonstrou abordar de maneira exaustiva as possibilidades de redução de gastos da empresa...”

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização, pela Diretoria Executiva, para conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 8 de outubro de 2020.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Caixa Restrito

Representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos e outros. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

4.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.5 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.6 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da Companhia e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

4.7 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos e entidades públicos.

4.8 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

4.9 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.10 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Em 22 de agosto 2019, a CDRJ celebrou o contrato nº 034/2019 com a empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda. para a prestação de serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado e no Intangível, para cálculos do valor do *impairment*, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por Unidade Geradora de Caixa – UGC.

A contratada definiu a realização do teste de impairment, inicialmente, utilizando-se da abordagem de Valor em Uso para testar os ativos, dada a sua praticidade, valor preditivo e completa aderência à definição de ativo, segundo o IFRS.

Foram identificadas quatro Unidades Geradoras de Caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto Niterói, UGC Porto de Itaguaí e UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis, tendo sido realizados pelo valor em uso na UGC Porto do Rio de Janeiro e na UGC Porto de Itaguaí, e pelo valor de mercado na UGC Porto de Niterói e na UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram também, em procedimento complementar, incluindo os itens administrativos, corporativos e de complementariedade carregados às UGC, que todos os ativos passam no teste de impairment sem indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrea	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tancagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%

Bens – Administração	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%

Imobilizado em Andamento	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.12 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

4.13 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.14 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios

gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.16 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.18 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/03/2020	31/12/2019
Cientes Nacionais	198.983	235.050
(-) Perdas Estimadas	(190.745)	(180.266)
Totais	8.238	54.784

Em dezembro de 2019, a CDRJ emitiu duas faturas contra a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, no valor total de R\$ 47.085 mil, cujas baixas só ocorreram no exercício de 2020.

6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	3.215	2.893
Contribuição Social	235	172
Totais	3.450	3.065

7 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Município do Rio de Janeiro	6.456	6.456	41.577	40.904
Acordos – Créditos a Receber	4.250	4.019	4.982	5.987
Servidores Cedidos a Outros Órgãos	3.760	-	-	-
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Outros Valores a Receber	2.180	599	-	-
Totais	17.846	12.274	46.559	46.891

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Píer Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda. e Pennant Serviços Marítimos Ltda.

Servidores Cedidos a Outros Órgãos compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da CDRJ a diversos órgãos e entidades públicos.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/03/2020	31/12/2019
Ações Judiciais - IPTU	13.408	13.408
Ações Judiciais - Portus	39.470	32.783
Ações Judiciais - VPNI	36.884	29.201
Outras Ações Judiciais	84.701	89.620
Totais	174.463	165.012

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/03/2020	31/12/2019
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	155.841	151.278
Bloqueios em Ações do Leasing	172.217	164.146
Recursos Judiciais	13.781	13.552
Totais	351.071	338.208

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

Bloqueios nas Ações do *Leasing* Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

12 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 75 (setenta e cinco) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, realizado pela empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda., observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 547.499 mil.

13 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/03/2020	Líquido 31/12/2019
Bens em Operação	949.562	(189.043)	760.519	771.388
Bens - Administração	157.143	(52.121)	105.022	105.664
Imobilizado em Andamento	32.963	-	32.963	32.963
Imobilizado a Classificar	15.195	(374)	14.821	14.821
Totais	1.154.863	(241.538)	913.325	924.836

14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/03/2020	31/12/2019
Remunerações	9.288	9.232
Consignações	388	327
Mesada Judicial	132	134
Provisões e Encargos	15.009	8.312
Totais	24.817	18.005

15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
IPTU	14.257	14.611	-	-
ISS	572	446	505.007	499.959
Parcelamentos	66.717	70.074	421.629	434.716
PASEP/COFINS	5.326	10.365	-	-
IR e CSLL	2.209	5.318	-	-
INSS/FGTS	4.806	14.901	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.509	11.322	-	-
Outros	414	1.137	-	-
Totais	112.630	134.994	926.636	934.675

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, um acordo com a PGFN – Negócio Jurídico Processual – assinado em 29 de maio de 2019, dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela ANTAQ e um acordo com o Município do Rio de Janeiro, relativo a IPTU.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

16 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamento de Cliente	3.043	2.979	-	-
Expansão Terminal 1	18.438	14.994	27.452	34.850
Cessão de Crédito	211.994	193.226	-	-
Outros	2.851	2.828	-	-
Totais	236.326	214.027	27.452	34.850

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

17 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado, o qual vem sendo discutido judicialmente.

Os processos judiciais são os seguintes:

0022472-95.1997.8.19.0001 – 26ª Vara Cível

0148310-43.2000.8.19.0001 – 49ª Vara Cível

0019587-82.2013.4.02.5101 – 18ª Vara Federal

5028671-12.2019.4.02.5101 – 1ª Vara Federal

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contribuições Correntes	654	1.797	-	-
Confissão de Dívidas	212.471	203.025	-	-
Déficit Atuarial	-	-	383.492	383.492
Totais	213.125	204.822	383.492	383.492

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 383.492 mil, calculado segundo o CPC 33, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	2019	2018
Participantes ativos (passivo principal)	307	310
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.332	1.358
Aposentados	655	678
Pensionistas	677	680
Total de participantes	1.639	1.668
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50

Formação do Déficit:

	2019	2018
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(350.895)	-
Custo líquido no período	(22.719)	-
Ganhos atuariais líquidos de capital	212.467	-
Pagamento de contribuições	8.419	-
Compartilhamento de risco	(230.764)	-
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(383.492)	(350.895)

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	2019	2018
Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
Indexador do benefício (apenas inflação)	0,00%	4,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2019	2018
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Ativos	2019		2018	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	658	0,18%	4	0,00%
Realizável	57.103	15,43%	204.474	35,06%
Títulos Públicos	38.748	10,46%	-	0,00%
Ações	107.203	28,96%	106.839	18,32%
Fundos de Investimento	39.860	10,77%	143.419	24,59%
Renda Fixa	39.618		143.173	
Imobiliário	242		246	
Investimentos Imobiliários	115.982	31,33%	118.048	20,24%
Empréstimos e Financiamentos	1	0,00%	1	0,00%
Outros – Depósitos Judiciários	10.627	2,87%	10.469	1,79%
Total do Ativo	370.182	100,00%	583.254	100,00%

	2019	2018
Total do Ativo	370.182	583.254
(-) Contribuições Contratadas em Atraso	(8.828)	(80.415)
(-) Uso Próprio	(5.654)	(7.491)
(-) Exigível Operacional	(18.652)	(10.482)
(-) Exigível Contingencial	(15.680)	(17.043)
(-) Fundo Previdencial	(40.348)	(43.410)
(-) Fundo de Investimento	(6.798)	(6.137)
(-) Fundo Administrativo	(69.664)	(84.635)
Valor Justo dos Ativos	204.558	333.641
Percentual de Rateio	18,208%	18,208%
Valor Justo dos Ativos	37.247	60.751

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	360.695	357.400
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(3.675)	-
Custo dos juros	32.809	30.954
Contribuições de participantes do plano	4.948	-
Benefícios pagos	-	(34.935)
(Ganho) / perda atuarial	(164.916)	(58.728)
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	55.173	54.031
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(51.263)	7.463
(Ganho) / perda atuarial – redução de direitos	(168.826)	(120.222)
Obrigação de benefício definido no final do ano	229.861	294.691

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	513.658	536.380	513.502	536.045
Valor justo dos ativos do plano	37.247	37.247	37.247	37.247
(Passivo) / ativo líquido inicial	(476.411)	(499.133)	(476.255)	(498.798)
Passivo do patrocinador com redução de direitos	234.355	244.721	234.283	244.568
Passivo do patrocinador com contribuições futuras	45.781	47.807	45.768	47.777
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	(196.275)	(206.605)	(196.204)	(206.453)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	101.258	106.588	101.222	106.509
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(375.153)	(392.546)	(375.033)	(392.289)

Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Varição da obrigação atuarial	-2,08%	2,25%	-2,11%	2,19%
Varição do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,24%	2,43%	-2,27%	2,36%

18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhistas	253.579	246.194
Cíveis	206.795	149.651
Tributárias	312.064	302.974
Totais	772.438	698.819

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em consideração os valores depositados, levantamentos e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base em decisões na primeira instância. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância.

18.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 884.011 mil (R\$ 858.263 mil em 31/12/2019), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 39.888
- Ações Cíveis - R\$ 695.488
- Ações Tributárias - R\$ 148.635

19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2020	31/12/2019
Repasse ao Portus (2013 a 2016)	196.803	194.826
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Modernização Portuária	10.262	10.158
Gerenciamento de Resíduos	1.212	1.200
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.210	1.198
Totais	209.489	207.384

20 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Totais	611.230.742	611.230.742	1.222.461.484

21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita com Arrendamentos	126.645	116.044
Receitas Tarifárias	22.626	24.932
Impostos Federais	(14.176)	(13.322)
Impostos Municipais	(130)	(170)
Receita Líquida	134.965	127.484

22 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal e Encargos	16.210	13.962
Manutenção	4.205	2.112
Serviços de Terceiros	1.315	1.470
Depreciação e Amortização	7.162	1.661
Provisões	3.515	750
Impostos e Taxas	475	1.524
Totais	32.882	21.479

23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal e Encargos	44.044	38.658
Manutenção	4.033	2.119
Serviços de Terceiros	719	764
Legais e Judiciais	98	4.131
Impostos e Taxas	378	476
Outras	357	352
Totais	49.629	46.500

24 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/03/2020	31/03/2019
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.541)	(16.780)
Provisão de Férias	(5.612)	1.681
Provisão para o 13º Salário	(1.791)	(1.614)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(153)	(137)
Provisão para Contingências	(82.416)	1
Totais	(100.513)	(16.849)

25 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2020	31/03/2019
Aluguel	2.489	3.042
Outras	73	139
Totais	2.562	3.181

26 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas Financeiras	4.522	5.737
Despesas Financeiras	(40.867)	(54.756)
Totais	(36.345)	(49.019)

27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos e passivos financeiros é a seguinte:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Custo Amortizado	A Valor Justo Por Meio do Resultado	Total	Total
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalentes	-	16.489	16.489	2.825
Caixa Restrito	15.569	-	15.569	15.569
Contas a Receber	8.238	-	8.238	69.792
	<u>23.807</u>	<u>16.489</u>	<u>40.296</u>	<u>88.186</u>
Ativo Não Circulante				
Valores a Receber	46.559	-	46.559	46.891
Depósitos Judiciais	174.463	-	174.463	165.012
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215	293.215
Cauções e Dep. Vinculados	351.071	-	351.071	338.208
Outros Ativos	2.733	-	2.733	627
	<u>868.041</u>	<u>-</u>	<u>868.041</u>	<u>843.953</u>
Total dos Ativos Financeiros	<u>891.848</u>	<u>16.489</u>	<u>908.337</u>	<u>932.139</u>
Passivo Circulante				
Fornecedores	5.782	-	5.782	6.310
Obrigações Contratuais	236.326	-	236.326	214.027
Receitas Diferidas	7.023	-	7.023	7.023
	<u>249.131</u>	<u>-</u>	<u>249.131</u>	<u>227.360</u>
Passivo Não Circulante				
Receitas Diferidas	14.050	-	14.050	16.391
	<u>14.050</u>	<u>-</u>	<u>14.050</u>	<u>16.391</u>
Total dos Passivos Financeiros	<u>263.181</u>	<u>-</u>	<u>263.181</u>	<u>243.751</u>

27.2 Classificações contábeis e valores justos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar de fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia

utiliza métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizaram para precificar o ativo ou passivo.

28 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No 1º trimestre de 2020, o valor total faturado foi de R\$ 6.055 mil (R\$ 8.347 mil no 1º trimestre de 2019).

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

Prefeitura de Camboriú

Prefeitura do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no 1º trimestre de 2020 foi de R\$ 5.642 mil (R\$ 4.842 mil no 1º trimestre de 2019) e valor médio mensal foi de R\$ 1.881 mil (R\$ 1.614 mil no primeiro trimestre de 2019).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do 1º trimestre de 2020, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 31/03/2020 era de R\$ 48.033 mil (R\$ 47.360 em 2019).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	31/03/2020	31/03/2019
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.202.160,03	548.983,40
Remuneração variável	265.829,31	88.520,46
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	0,00	0,00
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	0,00	45,220,42

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	31/03/2020	31/03/2019
Conselho de Administração	67.345,74	78.570,03
Conselho Fiscal	29.931,44	52.380,02
Comitê de Auditoria Estatutário	33.672,87	

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	31/03/2020		31/03/2019	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	39.599,77	58.229,31	35.451,66	67.066,40
Menor Remuneração	12.259,12	1.522,79	26.207,13	1.325,54
Remuneração Média	30.774,28	12.965,29	28.158,88	12.350,46

29 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID 19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando pelo surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderão impactar negativamente os negócios da Companhia e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

MÁRIO POVIA
DIRETOR
CPF Nº 052.473.918-88

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ
DIRETOR
CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-6
CPF Nº 080.022.657-77